

REVOLUÇÃO

Revolução é uma palavra antiga para uma ideia moderna. Na versão original, o termo astronómico designa o movimento cíclico das estrelas, cujos trajectos se repetem, determinados por uma força irresistível. Como metáfora política refere-se, desde a antiguidade clássica, à recorrência dos regimes, forçados a regressar sempre às mesmas formas. Esse sentido etimológico persiste até à primeira revolução constitucional, no século XVII: na revolução inglesa, paradoxalmente, a “Gloriosa Revolução” comemora a restauração monárquica, em vez do período revolucionário propriamente dito. No século XVIII, as revoluções americana e francesa definem o significado moderno de revolução no sentido oposto, como uma mudança fundamental: o princípio de um mundo novo e a fundação de um novo regime, em nome da liberdade - como disse Condorcet, “a palavra ‘revolucionário’ só se pode aplicar às revoluções cujo fim é a liberdade”. A ideia de revolução como ruptura libertadora é reiterada no século XIX, que recupera da antiga definição o sentido da irresistibilidade e do movimento: na fórmula de Marx, “as revoluções são as locomotivas da história”. Se a sucessão ininterrupta das revoluções falhadas é o *leitmotiv* do seu tempo, o ciclo das guerras totais e das revoluções totalitárias marca o século XX, onde a ideia de movimento ultrapassa a tradição libertária para dar lugar à revolução permanente, cuja fúria prevaleceu nas revoluções russa, alemã e chinesa, para as destruir, num paroxismo de violência, antes do regresso da ideia de liberdade, com a última vaga de revoluções democráticas, a encerrar o ciclo das revoluções modernas.

Origens. As interpretações sobre as causas das revoluções são muito divergentes. Para Karl Marx, a mudança essencial, da qual resulta a substituição de uma classe dominante por outra classe dominante, é o desenvolvimento das forças produtivas, imposto pelo movimento irreversível da história. Numa linha paralela, para Barrington Moore, Theda Skocpol ou Charles Tilly, as revoluções, ou as “situações revolucionárias”, nomeadamente nos regimes patrimonialistas das periferias mais arcaicas, decorrem dos imperativos da modernização. No extremo oposto, para Lewis Namier, as origens são anónimas e inarticuladas: “as revoluções não se fazem, ocorrem”. Do mesmo modo, Hannah Arendt rejeita uma visão determinista e procura, na sequência dos factos, as origens concretas da revolução. Entre as duas posições, Alexis de Tocqueville reconhece como inevitáveis as mudanças impostas pela

revolução, que resulta da incapacidade do antigo regime para as realizar: “o momento mais perigoso para um mau governo é quando se começa a reformar”. Nesse sentido, a revolução não parte de uma crise económica, nem de uma opressão insuportável: pelo contrário, a prosperidade e a abertura criam expectativas políticas crescentes, cuja frustração pode desencadear a viragem decisiva. Os casos da revolução francesa, ou das últimas revoluções portuguesa e russa, são bons exemplos. Para lá das divergências, a guerra é, frequentemente, uma causa importante da revolução - a guerra da independência é decisiva na revolução americana, a Grande Guerra nas duas revoluções russas de 1917, a II Guerra mundial na revolução chinesa. As guerras e as revoluções são inseparáveis e têm no método da violência o seu denominador comum. As exceções são a revolução americana e as revoluções liberais europeias de 1848 e de 1989. Essa relação torna-se ainda mais impressionante depois da Grande Guerra, a primeira guerra total: a barbaridade dos combates, a mobilização total e a desagregação social precipitam o fim do czarismo, impedem a consolidação da revolução democrática, abrem caminho ao golpe de Estado *bolchévik* e preparam a violência revolucionária e da guerra civil, da qual sai, com a vitória comunista, a primeira revolução totalitária.

Processo. A marcha das revoluções evolui no sentido de uma crescente radicalização, nos casos de sucesso - as revoluções inglesa, francesa ou russa -, ou seguindo o percurso inverso, nas revoluções falhadas, como, por exemplo, em 1848. Crane Brinton procurou arrumar as etapas sucessivas do processo revolucionário. No princípio, a crise de legitimidade, a divisão das classes dirigentes e a perda de autoridade criam as condições para a deposição do antigo regime e a tomada do poder pelos revolucionários. Depois, numa primeira fase, a linha moderada prevalece mas o partido revolucionário depressa se divide: nas revoluções francesa ou russa, os moderados perdem por recusarem ter inimigos à esquerda, na revolução alemã, por não impedirem a convergência das forças extremistas. Na fase seguinte, o período de crise caracteriza-se pelo “duplo poder”, as “múltiplas soberanias” que paralisam as instituições até ao golpe: a *Pride’s Purge*, a crise francesa do 2 de Junho de 1793, a revolução de Outubro em Petrograd, são os símbolos da tomada do poder pelos extremistas, independentes, jacobinos ou *bolchéviks*. Na última fase, o terror e a mobilização acabam por dar lugar ao Thermidor, descrito como uma “convalescença da febre revolucionária”, antes de se revelar um déspota - Cromwell, Bonaparte ou Stalin -, que vai tentar legitimar o novo regime. Nas revoluções clássicas, a lógica da

radicalização segue um padrão linear, resumido por Marx: quando um partido “levou a revolução tão longe que não pode continuar a seguir o seu curso, o seu aliado mais audacioso, que antes o apoiava, afasta-o e manda-o para a guilhotina”. Nas revoluções comunistas, a radicalização é recorrente, embora a alternância entre a estabilidade e o terror pareça ter limites: depois de Stalin ou de Mao, a revolução permanente cede o seu lugar a uma longa estagnação, uma forma tardia e ambígua de convalescença pós-totalitária.

Revolucionários. Não há revoluções sem revolucionários, mas os seus agentes podem ser revolucionários sem o saber, “idiotas úteis” da história, cegos pela “imensidade caótica dos seus próprios fins”. Pertencem a muitas espécies: classes sociais, nacionalidades oprimidas, gerações militares ou movimentos estudantis são todos exemplos de grupos activos em revoluções, embora outros se possam revelar mais decisivos - desde logo, as elites revolucionárias, nomeadamente os intelectuais e os conspiradores profissionais. Os primeiros são indispensáveis na fase inicial, quando mudam de campo e alinham com o partido revolucionário para, como diz Tocqueville, minar a legitimidade do antigo regime e opor à constituição tradicional, confusa e irregular, a ilusão política de “uma sociedade imaginária em que tudo parece simples e coordenado, uniforme, equilibrado e conforme à razão”. Os segundos são os “alquimistas da revolução”, decididos a antecipar a crise ou a improvisar um golpe, temerários ou desesperados, sem respeito pelas condições objectivas. Lenin procura fundir as duas categorias: os seus “revolucionários profissionais” formam uma sociedade secreta comandada por intelectuais que submetem os militantes a uma disciplina sectária e implacável. Depois, as massas, constantemente imprevisíveis, que preenchem o cenário das revoluções modernas, num extremo tentadas pela violência insurreccional, no outro decididas a opor a sua mobilização às tentativas de destruir a revolução. Por último, os actores específicos, cruciais em cada uma das grandes revoluções - a *New Model Army*, instrumento de poder e fonte constitucional na revolução inglesa, os comités e as convenções, as “repúblicas elementares”, que substituem as instituições coloniais na revolução americana, as *sociétés révolutionnaires*, os clubes jacobinos na revolução francesa, os *soviets* que deram o seu nome à revolução russa: são formas políticas inéditas, que não costumam sobreviver à institucionalização ou ao fim da revolução.

Fim. As revoluções modernas são feitas para recomeçar a história e têm de se realizar com a fundação de um novo regime político. As revoluções feitas em nome da liberdade devem completar-se com a institucionalização de um regime constitucional de democracia pluralista: as revoluções democráticas são revoluções constitucionais. A revolução inglesa, com o *Instrument of Government*, inventa a primeira constituição moderna; a revolução americana é um processo constitucional criador da democracia moderna, com as convenções e as constituições estaduais revolucionárias, onde se estipula a eleição directa e regular dos detentores dos poderes executivo, legislativo e judicial, regra essencial reproduzida na constituição dos Estados Unidos. Durante a revolução francesa, o espírito da liberdade cedeu o lugar à paixão igualitária, para libertar o homem: o manifesto dos *Sans-Culottes* proclama que “o fim da revolução é a felicidade do povo”. Essa deriva antecipa as revoluções totalitárias do século XX, que se resumem na vontade de criar o homem novo, pela eliminação de raças inteiras e pela guerra, na versão do nacional-socialismo alemão, pela eliminação de categorias sociais inteiras e pela luta revolucionária, na versão do comunismo russo ou chinês ou cambodjano. Não obstante o seu dinamismo, as revoluções não conseguem impor um novo princípio, nem um novo mundo, nem o homem novo, mas inventam a política moderna, tanto as instituições da liberdade - as constituições, os regimes democráticos, os partidos políticos -, como a sua negação, incluindo os movimentos totalitários.

Tipos. Os exercícios para classificar as revoluções são demasiado numerosos e impedem o consenso sobre uma tipologia. As revoluções podem distinguir-se pelas suas raízes políticas: a americana escapa ao terror e ao despotismo democrático por ser a única que não decorre de um regime autocrático, como a francesa, a russa ou a chinesa. O critério da origem também pode isolar os casos onde prevalecem factores endógenos - a revolução nacionalista chinesa ou a “revolução dos intelectuais” em 1848 - e aqueles em que são decisivos factores exógenos, como a mudança dos equilíbrios internacionais, como em numerosas revoluções nacionais, ou uma guerra, nos casos da revolução russa de 1905 ou da revolução comunista chinesa. A teoria dos ciclos - Marx, por exemplo - serve para separar as revoluções burguesas do século XVIII das revoluções proletárias do século XIX, e uma sequência mais completa pode demarcar as revoluções autoritárias e totalitárias das revoluções liberais, que assinalam, respectivamente, o princípio e o fim do ciclo das revoluções do século XX. O método obriga a reconhecer uma diferença entre as revoluções de baixo para cima

e as revoluções de cima para baixo - entre as revoluções marcadas pela violência das massas e as revoluções caracterizadas pela violência do Estado, à maneira dos nacionais-socialistas alemães. A sua natureza política admite separar as revoluções limitadas, que se completam com a institucionalização de um novo regime político, das revoluções permanentes, cujo fim paradoxal é a institucionalização do movimento revolucionário. As ideologias são indispensáveis para identificar as revoluções liberais e comunistas, libertadoras e nihilistas. Os resultados podem ser usados para qualificar as revoluções como democráticas, autoritárias ou totalitárias: as primeiras incluem a revolução americana ou a revolução anticomunista de 1989; as segundas, frequentes, o fascismo italiano e boa parte dos nacionalismos anti-colonialistas; as terceiras, mais raras, a revolução nacional-socialista e as revoluções comunistas. As grandes revoluções são mistas: a francesa começa por ser democrática antes de se tornar autoritária, a russa é democrática em 1905 e em Fevereiro de 1917, e só depois totalitária, a chinesa sucessiva e cumulativamente nacionalista, autoritária e totalitária. E pretendem ser definitivas - "*c'est la lutte finale!*", como diz o hino célebre de Eugène Pottier, embora se revelem, finalmente, precárias.

Futuro. As revoluções marcam os períodos principais da história moderna. O "século XIX longo" começa com a revolução francesa, o "século XX curto" é o intervalo entre as revoluções russas de 1917 e de 1991. No fim do último século, termina a sucessão das guerras totais e das revoluções totalitárias. A própria ideia de revolução regressou à sua fórmula original, com a revolução democrática em Portugal, confirmada pela revolução europeia de 1989. O ciclo das revoluções modernas parece completo. O modelo do regime democrático de tipo ocidental tornou-se dominante e, embora a sua expansão possa provocar respostas revolucionárias nacionalistas ou religiosas anti-ocidentais, a sua essência é conservadora. Nesse sentido, a probabilidade de rupturas súbitas e violentas, com mudanças fundamentais nos valores, nas instituições e nas elites pode ser, simultaneamente, elevada, quanto ao número de situações revolucionárias potenciais, e baixa, quanto à sua relevância política. Mas nada é impossível: a surpresa é uma qualidade partilhada pela história e pelas revoluções.

Carlos Gaspar

Bibliografia

- Arendt, H. (1965), *On Revolution*, Penguin, Harmondsworth.
- Aron, R. (1983), *Machiavel et les Tyrannies Modernes*, Editions de Fallois, Paris.
- Brinton, C. (1938, 1965), *The Anatomy of Revolution*, Vintage Books, Nova Iorque.
- Burke, E. (1790), *Reflections on the Revolution in France*, Hackett, Indianapolis (1987).
- Cobban, A. (1964), *Social Interpretation of the French Revolution*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Friedrich, C. (1952), *The Age of the Baroque (1610-1660)*, Harper & Brothers, Nova Iorque.
- Furet, F. (1978), *Penser la Révolution Française*, Gallimard, Paris.
- Halévy, E. (1938), *L'Ère des Tyrannies*, Gallimard, Paris.
- Marx, K. (1852), "Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte", in M. Rubel (ed.), *Les Luttes de Classes en France*, Gallimard, Paris (2002).
- Moore Jr., B. (1966), *Social Order of Dictatorship and Democracy*, Beacon Press, Boston.
- Namier, L. (1944), *1848. The Revolution of the Intellectuals*, Oxford University Press, Londres (1992).
- Neumann, S. (1942), *Permanent Revolution. Totalitarianism in the Age of International Civil War*, Praeger, Nova Iorque (1965).
- Palmer, R.R. (1958, 1964), *The Age of Democratic Revolution*, Princeton University Press, Princeton.
- Skocpol, T. (1979), *States and Social Revolutions*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Tilly, C. (1995), *European Revolutions (1492-1992)*, Blackwell, Londres.
- Mayer, J.P. (ed.) (1967); Tocqueville, A. de (1856), *L'Ancien Régime et la Révolution*, Gallimard, Paris.
- Walt, S. (1996), *Revolution and War*, Cornell University Press, Ithaca.
- Wood, G. (2002), *The American Revolution*, Random House, Nova Iorque.